



TRT - 15ª Região

Proteção Integral e Prioritária da Criança e do Adolescente no âmbito do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho

28 de março a 27 de maio de 2022

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região oferece o curso **Proteção Integral e Prioritária da Criança e do Adolescente no âmbito do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho**, por meio da modalidade a distância (EaD), modelo colaborativo.

PÚBLICO-ALVO

Magistrados do TRT da 15ª Região e de outros Regionais.

CARGA HORÁRIA

40 horas-aula, sendo 29 horas de atividades assíncronas e 11 horas de atividades síncronas.

NÚMERO DE VAGAS

50 vagas (sendo 5 vagas disponibilizadas para magistrados de outros Regionais)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES

14 a 25 de fevereiro de 2022.

Modalidade da inscrição: formulário Google.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

28 de março a 27 de maio de 2022.

Cinco aulas ao vivo (por meio do Zoom):

Módulo 1 - 1º de abril (9h às 11h – 2 horas)

Módulo 2 - 8 de abril (9h às 11h – 2 horas)

Módulo 3 - 29 de abril (9h às 11h – 2 horas)

Módulo 4 - 6 de maio (9h às 11h – 2 horas)

Módulo 5 - 13 de maio (9h às 12h – 3 horas)

Observação:

Haverá também um encontro ao vivo para apresentação dos melhores trabalhos no dia 15 de junho de 2022, das 10 às 11h.

OBJETIVOS

Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de (na sequência dos módulos):

- Identificar as normas internacionais de proteção da criança e do adolescente, notadamente em matéria de proteção contra a exploração do trabalho infantil.
- Aplicar tais normas internacionais no contexto de análise de casos que envolvam trabalho infantil.
- Interpretar as normas internacionais sob a ótica do controle de convencionalidade, na matéria afeta à proteção da criança e do adolescente contra a exploração pelo trabalho infantil.
- Conhecer o princípio da proteção integral e prioritária de crianças, adolescentes e jovens na legislação nacional.
- Interpretar o ordenamento jurídico nacional à luz do princípio da proteção integral e prioritária, garantindo-se às crianças, adolescentes e jovens a aplicação da normativa nacional de modo a garantir seus direitos constitucionalmente assegurados.
- Conhecer as regras que excepcionam o trabalho infantil, bem como, inclusive quanto a estas, compreender e interpretar sistematicamente o ordenamento jurídico nacional.
- Discutir e compreender os mitos que envolvem o trabalho infantil e seus malefícios para crianças, adolescentes e jovens.

- Estabelecer diálogo coerente e coordenado, inclusive com dados estatísticos e econômicos, que aponte os mitos que envolvem o trabalho infantil, capaz de argumentar de modo incisivo, claro, coerente e fundamentado contra os mesmos.
- Conhecer os canais de denúncias contra os direitos das crianças e adolescentes e disseminá-los.
- Conhecer o que é uma política pública e sua importância na área de proteção da criança e do adolescente.
- Conhecer detalhadamente os instrumentos legais voltados à implementação de políticas públicas que garantam o direito à educação e à profissionalização de adolescentes e jovens.
- Entender o que é o Sistema de Garantia de Direitos e os órgãos que o compõem e o papel de cada qual.
- Identificar o papel da Justiça do Trabalho dentro do Sistema de Garantia de Direitos e compreender o que significa o trabalho em rede.
- Compreender a atuação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho no TRT15, tanto quanto à sua ação jurisdicional quanto à sua ação institucional.
- Conhecer, metodologicamente, como se estrutura um Plano de Ação.
- Elaborar Plano de Ação voltado para atuação em rede da Justiça do Trabalho, junto aos entes do Sistema de Garantia de Direitos visando à garantia integral e prioritária dos direitos de crianças, adolescentes e jovens.
- Executar o Plano de Ação proposto.

PROGRAMA

Módulo 1 – Criança e adolescente e sua proteção internacional

A proteção internacional: principais tratados, convenções e iniciativas de organismos internacionais para proteção da criança e do adolescente contra o trabalho precoce. Controle de convencionalidade – a importância da aplicação dos tratados e convenções internacionais sobre a matéria

Módulo 2 – Criança e adolescente e sua proteção nacional

A proteção nacional: a tutela da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro: da política higienista ao princípio da proteção integral. A idade mínima para o trabalho no Brasil: regra geral. Exceções: trabalho infantil artístico (inclusive youtubers); trabalho desportivo, outros.

Módulo 3 – Piores formas de trabalho Infantil e necessidade de novo olhar

Mitos e Verdades sobre o Trabalho Infantil. A convenção 182 da OIT e sua aplicação no Brasil. Estudos de casos e estatísticas. A necessidade de um outro e novo olhar para a criança e o adolescente. Impactos da pandemia de COVID19 sobre criança se adolescentes. Aumento do número de trabalhadores Infantis. Canais de Denúncias

Módulo 4 – Políticas públicas para trabalho adolescente lícito e protegido

Políticas públicas no Brasil para ingresso do adolescente e do jovem no mercado de trabalho. O Estágio – figura legal e criticidades. O Contrato de Aprendizagem. A Aprendizagem Social

Módulo 5 – Sistema de garantia de direitos e os Juizados Especiais da Infância e da Adolescência da 15ª Região

A atuação do Judiciário Trabalhista no Sistema de Garantia de Direitos em rede. Programa Nacional do CSJT. A importância da Especialização – A resolução 113 do CONANDA e o trabalho em rede. A criação dos JEIAs no âmbito do TRT15ª: funções jurisdicionais e institucionais. A atuação em rede a partir das ações do Juizado Especial da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho no TRT15. A questão da competência para ACPs que envolvem trabalho infantil e aprendizagem. A questão da competência para autorizações de trabalho em idade inferior à idade mínima legal.

Módulo 6 – Plano de ação

MODELO E FORMATO DO CURSO

O curso será oferecido na modalidade a distância, modelo colaborativo, por meio da plataforma Moodle da Escola Judicial. Está estruturado em seis módulos com um fórum de discussão em cada um deles e a construção de um Plano de Ação como atividade final.

Serão ofertadas 5 aulas ao vivo para ampliar o tema e consolidar a construção do conhecimento.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVEITAMENTO

A avaliação de aprendizagem será realizada ao longo do curso, com base na participação nos fóruns, na Oficina Virtual (encontro ao vivo do Módulo 5) e por meio da atividade final, que consiste na elaboração do plano de ação.

Ao final do curso, será solicitado ao participante que preencha a Avaliação de Reação, registrando aspectos como experiência, impressões e sugestões sobre a capacitação, cujos resultados subsidiarão o constante aprimoramento das ações oferecidas pela Escola Judicial.

AVERBAÇÃO

A averbação das horas-aula como ação formativa será providenciada pela Escola Judicial. O certificado será disponibilizado aos aprovados que demonstrarem

PARA REGISTRAR A PRÉ-INScrição

1 - Acesse o link a seguir:

<https://forms.gle/tZTT63wgCo9qDVnB7>

Se houver dúvidas, contate a Seção de Educação a Distância/Escola Judicial:

eadejud15@trt15.jus.br (descreva o nome do curso, no campo Assunto)